



## **Os Centros Urbanos e o Apagamento de Memórias**

**Marly Rodrigues**

Originalmente apresentado no **Seminário Internacional**  
**POLÍTICAS CULTURAIS E INTERVENÇÃO URBANA – Patrimônio edificado**

São Paulo, maio de 2011

MEM  
**MEMÓRIAS**  
MEMOR

## OS CENTROS URBANOS E O APAGAMENTO DE MEMÓRIAS

**Marly Rodrigues**

A importância da existência e da atuação de órgãos públicos de preservação de bens culturais é indiscutível. Porém, na presente situação, o que se indaga é o sentido que essa atuação vem tomando; é sua constituição e ação como parte integrante dos *deveres do Estado*, conforme explicitado no art. 215 da Constituição de 1988: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional...”.

Conforme indicado no art. 216 da mesma Constituição, o patrimônio é um campo de referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”.

Do ponto de vista conceitual, essas definições revelam a superação da noção de patrimônio histórico-arquitetônico que se constituiu quase como um dogma na atuação dos órgãos de preservação. E eu ousaria dizer, ainda está presente como um *traço de mentalidade*, o que é bastante favorável no atual momento, pois legitima a restrição dos valores culturais a aspectos materiais, em especial os arquitetônicos, e a uma concepção do conhecimento histórico como verdade sobre o passado, algo rígido, imutável, desprovido de dinâmica e incontestável, preso a um tempo pretérito.

Desejaríamos que as definições da Constituição e os mais recentes conceitos e noções das múltiplas disciplinas de conhecimento que configuram o campo da cultura estivessem efetivamente integrados à prática dos órgãos públicos de preservação e, desse modo, se tornassem parâmetros para constituição de um patrimônio cultural verdadeiramente representativo da diversidade social.

Entre esses conceitos e noções, destaco o de patrimônio cultural, que abarca a pluralidade dos fazeres humanos, e a memória. É por meio dessa que o homem exerce a capacidade de acumular experiência, de aprender e criar; de revisar constantemente o passado e, em consequência, olhar criticamente os valores éticos que orientam a construção do presente. Ambos permitem romper as antigas posturas patrimonialistas de valorização exclusiva do erudito, do excepcional e do antigo, apontam o acesso à memória como um direito de todos e propiciam a apreensão da cidade como um bem cultural.

## **Cidade de ontem, cidade de hoje**

Em um de seus escritos, Argan (2005, p.215) observa que os projetos de *cidade do futuro*, da cidade tecnológica ou espacial, parecem ter horror ao nível natural do terreno e precipitam a cidade nas entranhas da terra ou nas alturas vertiginosas, como se ela fosse suspensa, no ar. E recomenda que não nos esqueçamos de que o nível do terreno “sempre teve uma importância fundamental na concepção humana do espaço”, uma vez que distingue e “põe em relação o que está em cima com o que está em baixo da terra, a vida, o mundo das origens e dos motivos profundos, as raízes do ser e o mundo dos fins, dos êxitos espirituais”. E afirma que essa eliminação do plano “esvazia de qualquer significado o que se chamava horizonte”, ou seja, a linha que delimitava o plano.

Sem pretender aqui abordar qualquer questão de urbanismo, tomei as observações de Argan no sentido metafórico. A cidade que se torna metrópole expressa não apenas o adensamento populacional de um lugar ou o crescimento de sua importância; expressa, sobretudo, uma construção social, histórica, que caracteriza o mundo contemporâneo, o mundo do lucro, da tecnologia e da homogeneização, o mundo do capitalismo pleno.

Como conceito, metrópole é uma criação abstrata, uma denominação que se aplica indistintamente. Porém, cada metrópole traz as marcas próprias da sociedade em que se localiza e, por isso, só é efetivamente apreensível a partir da compreensão de particularidades culturais e da historicidade dos lugares que a compõem, fatores esses centrais para a percepção da complexidade que envolve a vida metropolitana.

De uma perspectiva genérica, as metrópoles resultam das ações do poder público (normatização da ocupação e da produção do espaço, transporte, segurança...), da iniciativa privada e da dinâmica dos movimentos sociais, com destaque para os de reivindicação. Genericamente também, as funções das metrópoles são semelhantes: funções produtivas, de circulação, culturais... Porém, a configuração da metrópole, bem como a criação e reprodução das imagens representativas da vida que nela se desenvolve são particulares e dependentes de processos culturais únicos, embora possam ser semelhantes.

Da dinâmica relacional entre fatores complexos e múltiplos interesses, entre os quais o do capitalismo global, resulta a possibilidade de configuração e reapropriação cultural dos espaços coletivos da metrópole, o que inclui o apagamento ou a manutenção de *lugares de memória*, isto é, de referências materiais pretéritas da constituição do território e das formas de vida urbanas.

Vive-se hoje um momento de profunda ruptura, talvez tão ou mais violenta que aquela causada pelas invenções e mudanças na produção e nas relações de trabalho no início do século XIX. Naquele momento, as cidades, até então tidas como lugares de liberdade, passaram a ser problematizadas como locais de contradições e conflitos, onde circulavam multidões que revelavam a diferença e a diversidade e provocavam o medo; eram locais em que se instalara o efêmero, o passageiro e o consumível, acentuando o choque da mudança de concepção do cotidiano, do tempo e de distâncias resultante da tecnologia, no caso o vapor, aplicado aos veículos de transporte, o que impôs a velocidade como um dos elementos essenciais da modernidade e consagrou a construção da imagem de eficiência e progresso da sociedade industrial.

A atual ruptura na relação do homem com o tempo e o espaço talvez seja ainda mais radical que a anterior. Também resultante da aplicação da tecnologia, ela se manifesta intermediada por monitores, nos quais, como observa Paul Virilio (1991, p.13), as dimensões do espaço se tornam inseparáveis da velocidade de transmissão, o que rompe a unidade tempo/lugar e caracteriza a fase da concentração pós-urbana e transnacional, de degradação de centros transformados em guetos e de deterioração das cidades como centros de regiões. Na era da globalização, o tempo da longa duração histórica, as permanências espaciais que referenciam a memória da sociedade são cada vez menos identificadas com o centro das cidades ou com bairros, mas apenas com alguns monumentos da cidade.

Virilio observa que por meio das telas tudo nos chega sem que precisemos partir; cada vez mais o tempo vem se tornando o tempo da duração técnica, sem memória coletiva, apenas a dos *bytes*, que impõe um presente permanente, sem passado e sem futuro, um tempo que destrói os ritmos do homem e da sociedade, enquanto o emprego de tecnologias avançadas produz a reestruturação industrial e a mudança dos parâmetros de emprego e de uso das áreas urbana e rural. Em consequência, desorganiza-se o meio urbano, grandes estruturas caem em desuso e as pessoas se

tornam eternos migrantes, estão sempre de passagem, sem tempo de criar laços de pertencimento a um lugar.

Isso se reflete diretamente nos espaços urbanos que são apagados a partir de concepções pragmáticas de cidade vista como um espaço físico de fins utilitários, de produção e lucro, no qual as ruas servem apenas para desafogar o tráfego e as áreas de importância histórica para serem consumidas como mercadorias, segundo os resultados de pesquisas de *marketing* e mercados favoráveis.

Em consequência, a cidade está cada vez mais deixando de ser dos cidadãos. Perdeu-se o sentido de lugares públicos propícios à convivência e à sociabilidade; domina o medo e a insegurança. Perdeu-se o sentido da urbanidade, prevalece a violência, o *salve-se quem puder*, a impessoalidade e o anonimato. Perdeu-se parte das antigas referências que compunham a singularidade da cidade, surgem espaços padronizados, despersonalizados, expressão espacial do presente como tempo determinado pela tecnologia, impondo-se aos tempos anteriores, de há muito inscritos no território, e apagando as marcas de relações preexistentes em detrimento da historicidade materializada nas formas culturais do fazer. No dizer de Félix Guattari (1985), vive-se um período em que as relações urbanas foram desencantadas e o território se tornou liso.

Como forma de resistência à aceleração das mudanças, em especial na relação entre homem e tempo, e à tendência de uniformização das cidades e da vida, a sociedade vem valorizando a memória, isto é, aquilo que é singular, que caracteriza um determinado grupo social, um conjunto de pessoas, ou um lugar, e que também está materialmente representada no espaço urbano.

### **Os desafios do presente**

Um dos desafios da preservação de bens culturais em nossos dias é, como já referido, enfrentar o pragmatismo que define a finalidade da cidade globalizada e o inevitável avanço tecnológico que continuará a interferir na configuração da vida cotidiana.

Cabe à sociedade manter continuamente em sua pauta de reivindicações a defesa do direito à memória e ao passado e, dessa forma, pressionar as medidas do poder público, em geral tendentes a ignorar, ou a se "adequarem", ao contexto de direitos obtidos desde o final da década de 1980. É cada vez mais urgente a definição e implantação de políticas públicas de valorização de memórias, tendo em vista seu potencial como parte constitutiva do ser humano e da vida em sociedade.

No caso de áreas antigas, o que se tem verificado até o momento é que a preservação acaba por resultar em exclusão das populações que aí habitam por meio da própria definição de uso, essa também base para a *moldagem* uniformizante dos espaços públicos e particulares, antes carregados de diversidade. Em outras palavras, submete-se a multiplicidade da criação humana à uniformização atualmente imposta pelas "necessidades" da tecnologia e de reprodução do capital. E isso é quase sempre apresentado como "renovação", "readequação", "reciclagem"... todas ações que se justificam na necessidade de progresso, de mudança para adequação a usos compatíveis com o planejamento do consumo dirigido dos espaços.

A adequação, em geral, parte de uma ideia estática em relação ao objeto, como se ele fosse algo parado em um tempo com o qual se precisa romper para prosseguir. Dificilmente se observa que o objeto percorreu o tempo e chegou até o presente carregado de *tempos diversos*, da historicidade resultante de sucessivos acúmulos; enfim, que o objeto representa *kairós* (o tempo existencial dos gregos, o tempo da experiência), e não apenas *cronos*, o tempo cronológico, da duração.

É de notar que as ações de *adequação ao nosso tempo* também são mediadas pela noção de "cultura" como um bem de interesse comum, socialmente indistinto, representada em alguns "remanescentes" pontuais e muitas vezes apenas em simulacros. A cultura assim se transforma em um bem em si, que nivela as diferenças e, sobretudo, como algo descolado das práticas cotidianas.

Em consequência, a cultura se torna um escudo dissimulador do valor de uso do solo e do valor de troca da cidade tomada como objeto de mercado e de *marketing*; a cultura passa assim a ser um argumento pretensamente democratizante, sob o qual se camuflam situações de absoluto desequilíbrio de direitos entre os setores sociais.

Isso vem se dando com enormes prejuízos sociais: há setores da população que são aliçados do exercício de seus direitos culturais, uma vez que expulsos de seus lugares,

isto é, dos espaços em que constroem sua cultura particular, suas práticas cotidianas. E, também é afetada a constituição da relação da sociedade com o seu passado, isto é, a relação da sociedade com o *tempo* (da experiência, da construção coletiva e individual) e com a própria construção da História e da memória como instâncias cognitivas. As atuais “adequações” de antigas áreas urbanas também acabam por firmar a relação entre patrimônio histórico-arquitetônico e os alicerces do sistema capitalista, especialmente o direito de propriedade e de lucro.

A maior parte das “requalificações” urbanas hoje realizadas anula a continuidade que, com a transformação, constitui a dinâmica da história e repercute na reapropriação e ressignificação de bens culturais, uma vez que rompe não apenas a materialidade do espaço, por meio da qual é possível o conhecimento de concepções pretéritas de constituição de espaços urbanos, mas também as imagens mentais que sustentam sentimentos de *pertença*. Ao mesmo tempo, pelo uso, essas intervenções direcionam a apropriação e fruição dos espaços *adequados* a setores sociais específicos.

Aos poucos a ideia de resistência implícita no jargão herdado e adotado pelos preservacionistas, ao menos até a década de 1980, do qual destaco o verbo “salvar”, e, por exemplo, a expressão *salvar da destruição*, vem passando por uma metamorfose, na qual não se coloca necessariamente a manutenção física e estética dos bens, como *lugares de memória* ou mesmo como portadores de valores cognitivos.

E o que dizer do — já podemos denominá-lo assim — antigo modelo europeu de requalificação de centros históricos baseado na inclusão, no equilíbrio dos direitos sociais, de que o caso de Bolonha é exemplo clássico, mas não único. Esse foi substituído pelo modelo norte-americano de valorização das áreas centrais por meio de sua “sustentabilidade” em geral promovida com a colaboração entre a iniciativa pública e a privada.

Sem dúvida, não há receita única para o exercício da preservação ou para a gestão do patrimônio cultural integrado à continuidade do desenvolvimento das metrópoles. Mas há que ampliar o entendimento da preservação não como a oposição entre o velho e o novo, mas como o estabelecimento de um diálogo entre tempos históricos visando restabelecer a historicidade da vida, romper com o presente onipresente imposto pela tecnologia, aprofundar o potencial da experiência humana, uma vez que é por meio de imagens mentais que se constroem as relações cotidianas. Mais que espaciais, as

fronteiras e limites da cidade são imaginários; é a construção imaginária, essa também, uma forma de resistência, que formata o bairro, a cidade e o mundo.

### **A “Nova Luz”, um caso paradigmático**

Uma impressão generalizada é que as ações de preservação de antigas áreas urbanas estão sujeitas a manipulação política de discursos que visam legitimar valores particulares, de alguns segmentos da sociedade, como valores coletivos, de **toda** a sociedade.

O polêmico projeto “Nova Luz”, que inclui boa porção do bairro de Santa Ifigênia, contém todos os ingredientes do atual modelo de preservação de grandes áreas urbanas, cujas potencialidades econômicas tornam “atrativas”.

A Luz, talvez exemplar para quem deseje estudar propostas de intervenção em áreas históricas, e também Santa Ifigênia se configuraram como bairros da modernidade industrial e urbana de São Paulo a partir da dinâmica promovida por duas importantes estações ferroviárias.

No final da década de 1940, um fator externo às culturas específicas daqueles bairros, o sucateamento do sistema ferroviária brasileiro, começou a se refletir no uso tradicional: cresceram as habitações coletivas e a prostituição; nos últimos anos, parte da Luz, e mais acentuadamente Santa Ifigênia, passou a ser conhecida como *cracolândia*, denominação pejorativa que, fora o imenso problema social que representa, justifica um processo de readequação baseado na exclusão.

Os projetos de adequação desses antigos bairros se voltaram inicialmente para a Luz, na década de 1970, quando da instalação do metrô, um importante fator de valorização imobiliária da região. Começaram então a aflorar tensões e disputas em torno do “destino” daquela área da cidade que se traduziram em projetos de renovação urbana, entre os quais, em 1974, o de Rino Levi para a então Cogep, depois Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano. Na década seguinte, apareceu o *Luz Cultural*, iniciativa das secretarias de Cultura municipal e estadual.

Na década de 1990 teve início a cooperação entre as esferas pública e privada, esta última representada pela Associação *Viva o Centro*, formada em 1991 por iniciativa do



Banco de Boston. Foram, ainda, tomadas medidas visando à criação de um polo cultural na Luz, do que resultaria a instalação da Sala São Paulo, em 1999; entre os objetivos de sua implantação estava a possibilidade de revitalização da área, o que não se efetivaria. Em seguida, foi implantado na Luz o Programa Monumenta, iniciativa do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural-Iphan, com apoio do BID; no caso da Luz, o Programa trouxe a possibilidade de reunir uma suposta “vocalização cultural” à restauração de edifícios e à requalificação urbana.

Em 2007, seria a vez do bairro de Santa Ifigênia, cujos limites com a Luz são difusos; ele se tornou alvo do projeto urbanístico “Nova Luz”. Nesse mesmo ano, seria retomado o processo de tombamento do traçado urbano e de um conjunto de edificações iniciado em 1983 e aprovado pelo Colegiado do Condephaat em 1986, mas não homologado por sucessivos secretários durante 21 anos.

Mais recentemente, a decisão final de tombamento acomodaria a exclusão do que foi considerado *desnecessário à preservação*, como a proteção integral de poucos edifícios. E, geral, a preservação foi reduzida à proteção de fachadas, configurando um cenário desprovido da possibilidade de nos dar a conhecer, do ponto de vista arquitetônico, a concepção de antigos espaços de moradia, e, do ponto de vista amplo, da constituição da cultura urbana, de modernas formas de morar adotadas em São Paulo.

A “Nova Luz” em grande parte traduz os rumos atuais da proteção pública ao patrimônio cultural: há uma redução pragmática do que se poderia considerar “valores” a serem atribuídos a uma antiga área constituinte do moderno urbanismo e da urbanidade de São Paulo.

O projeto, sem dúvida, subtrai grande parte da possibilidade de a área exercer o papel de *lugar de memória*, isto é, de lugar de obtenção de conhecimento como elo entre o tempo presente e o pretérito, tendo em vista o reconhecimento de uma herança cultural, quero dizer de pontos comuns a partir dos quais se constroem continuidades e, constantemente, se referenciam identidades e identificações entre os homens e seus espaços de vida.

Acredito que o exemplo da “Nova Luz” também aponta para a urgente necessidade de os órgãos públicos apurarem as formas de atuação de modo a atender o clássico tripé identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural sobre o qual também se

assenta a possibilidade de gestão urbana, e nela, a do patrimônio; e a consideração dos sujeitos sociais e de seus direitos culturais, bem como a crítica às próprias ações de preservação.

Apesar das ações que visam afirmar a cidade como *materialidade no ar*, o imaginário da maior parte da população resiste e insiste em considerá-la um produto da cultura material que se constitui sobre heranças fincadas no território, entre as quais estão “as raízes do ser e dos êxitos espirituais” (Argan, 2005, p.215). O homem precisa de horizontes, não há satisfação plena na uniformização e nas telas planas dos televisores e dos monitores...

## **Referências**

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARBOSA, S. (Org.) *Tempo, espaço e utopia nas cidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação dos territórios na cidade. *Espaço e Debate*, n.16, p.109-20, 1985.

MORAES, A. C. R. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: OLIVEIRA, A. U. de; CARLOS, A. F. A. (Org.) *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

VIRILIO, P. A cidade superexposta. *Espaço e Debates*, n.33, p.10-17, 1991.